

DIGRESSÃO EM TORNO DA REDUÇÃO DE ESPAÇO

*Luís Vicente Baptista¹
Nuno Santos Jorge²*

Ponto prévio

A reflexão que nos propusémos encetar e que surge concretizada nesta comunicação decorre de uma pesquisa sobre as formas de coexistência residencial num bairro de realojamento situado no concelho de Oeiras³. Com base num conjunto de cerca de 30 entrevistas, que constitui apenas uma parte da investigação realizada, procuramos apresentar agora algumas das inquietações que a análise desses processos nos sugeriu.

Ponto de partida

Muitos dos raciocínios que elaboramos em torno da noção de **espaço** encontram-se à partida fracassados dada a sua característica a-substancial. Dessa forma, o espaço só ganha substância na medida da sua especificação (ex: espaço urbano, espaço residencial, etc.).

¹ Departamento de Sociologia, FCSH-UNL

² Departamento de Sociologia, FCSH-UNL

³ Essa pesquisa decorreu no âmbito do programa comunitário *Integrar*, desenvolvido pelo SOCINOVA – Gabinete de Investigação em Sociologia Aplicada, sob proposta da Fundação Marquês de Pombal. Os dados aqui apresentados fazem parte do Relatório Final do projecto «Coexistência residencial em contexto de realojamento – Bairro do Pombal», de Novembro de 1997.

Partindo de uma gralha tipográfica⁴ (do seu acaso) procurámos situar algumas apreciações ainda provisórias àcerca da forma como é experimentada a alteração das possibilidades objectivas do **uso do espaço físico envolvente à nova residência** em indivíduos em situação de realojamento, na passagem da casa térrea ('*barraca*') para o apartamento em prédio em altura. Em certas circunstâncias produz-se um efeito que designaremos por **redução do espaço**, que se refere à modificação da forma de viver o local de residência, em resultado de constrangimentos que limitam as possibilidades de uso do espaço exterior à nova habitação.

A passagem

O estudo da coexistência residencial em contexto de realojamento

Aquando da averiguação de maneiras de interpretar as realidades em análise recorreremos à ideia de *redução do espaço* (da *produção* do espaço à sua *redução* enquanto forma específica de vivê-lo). Quisemos com esta noção retratar as circunstâncias em que a experiência vivida dos agentes colide com novos obstáculos, que advêm da sua nova condição residencial. Tal como a experiência do cárcere (e das instituições totais, em geral), a experiência relacional que se vai constituindo num território envolvente à residência minado por medos e possibilidades conflituais permite conceptualizar um tipo de relações baseado no sentimento de limitação física.

O relato de alguns entrevistados em contexto de realojamento, como a do homem que considera a sua vida num apartamento como uma reclusão «numa caixa de fósforos», sem o seu quintal e a possibilidade de redefinir o seu território familiar, limitado pela **formalização** do local de residência e pela **imposição** das vizinhanças de 'todos os lados', é disso exemplo.

Apesar de ser reconhecido quase unanimemente que com o processo de realojamento há uma melhoria das condições de higiene e de utilização do espaço privado, este facto não resolve o sentimento de perda de espaço próprio face aos vizinhos, que a relativa **informalida-**

⁴ No momento de publicação de um nosso texto anterior, aconteceu ter sido transformada a noção de *produção do espaço* em *redução do espaço*. Este acaso veio a revelar-se providencial no surgimento da ideia de utilizar nesta comunicação esta 'noção emergente'.

Digressão em Torno da Redução de Espaço

de e **provisoriedade** da habitação precária (a barraca) permitia. Aliás, um resultado prático da apropriação ineficaz do novo contexto revelava-se no uso dos **espaços públicos formais** que resultam da intervenção planeada.

Ora, o que passa a ser colectivo (a limpeza dos edifícios, a sua conservação, a gestão dos conflitos na rua, dos barulhos dos vizinhos) não é concebido como inerente à nova situação (no bairro de barracas cada um preocupava-se apenas com o que era seu), mas antes como da competência de «quem nos pôs aqui»: a **Câmara Municipal** que zele pela limpeza e pela conservação, a **Polícia** que se encarregue dos conflitos, da 'marginalidade'.

«E nós pagamos a nossa renda e, por vezes, ficamos azedos para com quem? Para com a Câmara, porquê? Porque é o nosso senhorio, é ele que é o responsável, porque eu não escolhi a casa, a casa é-me imposta, e se me é imposta, só a Câmara é que tem de responder perante isso, não é?» (entrevista a uma moradora com cerca de 35 anos)

«É um sistemático... desleixo, é escrever nas paredes, é um prédio que tem uma construção de um ano, já está todo borrado de escritos, isso demonstra, basicamente, o civismo das pessoas... Porque não há necessidade, porque é que não escrevem nas paredes dos quartos dos pais, ou nos seus próprios quartos, porque é que hão de estar a estragar aquilo que foi criado com dificuldades e que é de todos os contribuintes? Isso demonstra um pouco o civismo das pessoas...» (entrevista a morador com cerca de 60 anos)

«As pessoas aqui, apesar de estarem num bairro diferente continuam a ter uma vida degradada, têm uma postura diferente dentro da escada, partem tudo, dão pontapés na porta, não cuidam, não se preocupam se o vizinho está doente se não está, não se preocupam minimamente se aquele móvel ao arrastar vai incomodar...» (entrevista a moradora com cerca de 40 anos)

O bairro de realojamento, edificação camarária, ganha para aqueles que sentem ser alvo de *redução do espaço* uma carga depreciativa associada à **desresponsabilização dos seus moradores** face às necessidades prementes de equilíbrio. Estamos, nestes casos, perante uma efectiva **redução do espaço relacional**. A rua enquanto lugar de encontro e de partilha de certas práticas frequentes não pode ser reconstituída com a mesma preponderância que ocorria no contexto anterior. Note-se que tal como a própria atribuição de uma casa para a família nucleariza as relações, também a separação dos membros do núcleo

Espaço, Fronteiras, Transições

residencial de origem por prédios distintos, por andares distintos e até por bairros de destino diferentes concorre para tal dinâmica. A casa passa a ser o centro da actividade familiar, sitiada por paredes duradouras; a rua é agora um espaço formalizado com ruas, passeios, jardins, arcadas...

Daí decorre que os moradores mais oprimidos pela ideia da redução do espaço vivencial e relacional são normalmente os mais velhos, já que são eles os que aparentemente se mostram menos capazes de refazerem um quadro de relações distinto do perdido. Um sentimento generalizado de insegurança entre estes entrevistados concretiza-se na imagem dos **desocupados**, que permanecem durante o dia no bairro. Identificada com este 'estilo de vida', surge muitas vezes a imagem da ameaça latente que toma conta do espaço público, que limita a liberdade de circulação no bairro, na medida em que surge nos locais comuns de passagem.

«Ah, essa malta, eles ajuntam muito, se eles souberem que uma pessoa é contra... ou que diz qualquer coisa, eles são capazes de lixar uma pessoa. Às vezes tenho medo, porque eu saio daqui sempre às 5 horas... 5, 5 e um quarto... É perigoso, aquela hora é a hora deles, a maior parte... Basta que uma pessoa não seja do grupo deles, que já não são muito seu amigo... podem fingir e coiso, mas uma pessoa às vezes pode divulgar e eles mandam os outros lixar... Aí é que está...» (entrevista a morador com cerca de 65 anos)

O contraditório e interessante nas visões de alguns entrevistados de idades mais avançadas é a ideia de que perderam a privacidade, que a (auto) construção anterior permitia, já que na situação anterior os acessos eram criados pelos próprios e cada um vivia a sua vida autonomamente. Agora, apesar de terem muito melhores condições de instalação (mais espaço, mais *privacidade*), estão enclausurados na sua casa.

«Isso para mim já é favas contadas. Isso para mim já me passou. A fantasia, o sonho, acabou! Eu vivo num bairro, tenho a minha casa, pronto. Mas só me preocupo mesmo com uma porta vermelha que é o 1º direito pra cá, porque para lá não me interessa mais nada. Podem partir, podem escancarar, podem fazer o que quiserem, que eu não me interessa!» (entrevista a moradora com cerca de 35 anos)

«Eu antigamente preocupava-me, tentei fazer alguma coisa, juntar as pessoas, mas até já deixei de me interessar, porque estava a pôr em perigo a minha integridade física, porque eu até fui esperado aí por

Digressão em Torno da Redução de Espaço

várias pessoas e a partir daí já podemos ver um pouco o que é este bairro...» (entrevista a morador com cerca de 40 anos)

Somos levados a pensar que a ideia de **privacidade**, na situação anterior, está associada à liberdade individual de mexer e remexer a casa e o modo de a viver (o que a barraca permitia) e que na situação actual falar de privacidade é falar de **isolamento**, agravado pela sensação de ‘desamparo’ manifestada por aqueles que afirmam ser constantemente lesados pelas várias formas de ‘má vizinhança’ ou constrangimento.

A capacidade de reconstituição das relações no novo espaço residencial parece estar mais presente nos mais jovens e sobretudo nos que dele se apropriam durante mais tempo, logo são os desocupados e os que investem na sua permanência no local que parecem estar nas melhores condições de ganhar vantagem no processo de apropriação do espaço partilhado. Com marcas territoriais mais formalizadas – e sendo os desocupados normalmente os que estão associados à violência e à difusão da ‘droga’ – e com os espaços de passagem ocupados por uma população que estrutura a vida pública existente, o efeito de redução do espaço é também extensível àqueles jovens que investem em modelos exteriores à vida local, associados ao sucesso escolar e profissional.

A atitude mais frequente nestes jovens é pretensamente abandonar logo que possível o bairro – numa lógica semelhante à que encontramos face ao ‘bairro de barracas’. A urgência de abandonar o local é tanto mais óbvia quanto o processo de mobilidade social ascendente é mais forte, constituindo-se como uma estratégia de diferenciação neste contexto de realojamento.

Em situações de ascensão social o estigma do ‘bairro social’ parece ser ainda mais forte que no contexto do “bairro” de origem, já que os seus beneficiários sentem o efeito de controlo exercido pelos poderes públicos sobre os seus destinos e que se revela na ideia de que se é apenas **arrendatário de um apartamento num bairro para excluídos**. A imagem de se ser dependente face aos poderes dominantes exponencia uma série de lógicas e anseios tendentes a evitar ‘o caminho da exclusão’, escolhendo uma casa noutra sítio «à minha escolha», sem ter que viver com aqueles que surgem classificados como ‘indigentes e ‘insolventes’.

«Eu tenho medo, às vezes até tenho medo desse pessoal, mas é aqui que eu tenho de viver, não tenho dinheiro para arranjar noutra lugar... e mesmo se fosse para outro lugar é quase a mesma coisa...» (entrevista a morador com cerca de 50 anos)

«É por isso que eu digo... pronto, isto foi mal escolhido e eu, nesse aspecto, fui infeliz... O bairro em si, quando ele estava a ser apresentado, tudo fazia crer que... estávamos perante uma realidade nova, mas depois, a nível das escolhas das pessoas já não foi assim tanto, porque há pessoas que sempre... nasceram, viveram em barracas e têm um pouco de dificuldade em termos de integração social e parece que ainda trazem essas raízes consigo, porque não sabem, ou desconhecem o que é viver em comunidade... a dificuldade é basicamente nesse aspecto...» (entrevista a morador com cerca de 45 anos)

Ponto de ancoragem

A casa como refúgio relacional e o bairro novo como espaço de incertância

Ao que chegamos nesta ancoragem:

A casa como refúgio relacional. Se fica refreada a possibilidade de uso do espaço da ‘rua’, pelo menos para alguns dos seus habituais utilizadores na situação anterior, esta deve-se a duas ordens de factores complementares: à importância da casa como local que se torna habitável (já que na situação de ‘barraca’ muitas vezes a casa é quase inabitável), organizada para uma família, com quartos em maior quantidade, com espaço para reunião dos co-residentes e, também, face ao sentimento de que «a rua se tornou perigosa» (centramento na família, evitamento da ‘rua’ conflitual e perturbadora).

Não fica claro se a tendência manifestada nas entrevistas perante uma ‘contenção relacional’ no novo contexto resulta do centramento na família, deixando-se o espaço público disponível à estruturação da ‘rua’ enquanto ameaça, ou se é a ‘rua’ que ao tornar-se ameaçadora favorece o maior centramento na casa e na família.

Parece-nos que ambas as formulações são plausíveis – a lógica que leva ao centramento na casa e na família não é comum a todos os que partilham o novo espaço e desse modo a ocupação do espaço público que ocorre com a instalação é provavelmente simultânea ao reforço do centramento na casa dos que sentem agora que ‘têm algo a perder’.

Digressão em Torno da Redução de Espaço

O bairro novo como espaço de inconstância. Um dos dados mais frequentes nas entrevistas realizadas é que ‘os já instalados’ num processo de realojamento são particularmente críticos face àqueles que ‘numa nova vaga’ serão instalados como seus novos vizinhos. A dúvida face aos que estão para vir, segundo os critérios dos poderes públicos na selecção desses que «nos são impostos», provoca em processos que não sejam de instalação simultânea de todos os realojados (é o caso!) efeitos de (re)inquietação permanente nos que estão, fortalecendo lógicas defensivas. A estabilização do quadro de relações locais vive uma perturbação constante a que se associa a impressão de o bairro ser uma espécie de ‘depósito para deixar aqueles a quem não se sabe o que fazer’. A instalação em várias fases, juntando novos contingentes de ‘carenciados’, leva a que estes entrevistados se sintam **infantilizados** num jogo de estímulo-resposta em que os poderes públicos se envolvem dando casas em condições aos que merecem (alvos de ‘dádiva’). Neste contexto, a resposta dos realojados, segundo os nossos interlocutores, tende, muitas vezes, a encaminhar-se para a atitude de ‘crianças perversas’: «fazemos o vosso jogo mas participamos na definição das regras».